

**ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
INSTITUTO ECUMÊNICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

GILBERTO MAXIMILIANO MONTEIRO

**ADOLESCENTES DE CLASSES POPULARES E O MERCADO DE TRABALHO:
A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA *CORREIOS EDUCAÇÃO PARA O FUTURO***

São Leopoldo - RS

2007

GILBERTO MAXIMILIANO MONTEIRO

ADOLESCENTES DE CLASSES POPULARES E O MERCADO DE TRABALHO: A
EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA *CORREIOS EDUCAÇÃO PARA O FUTURO*

Dissertação de Mestrado Profissionalizante

Para obtenção do Grau de Mestre em
Teologia
Escola Superior de Teologia
Instituto Ecumênico de Pós-Graduação
Religião e Educação

Orientador: Prof. Dr. Rodolfo Gaede Neto

São Leopoldo

2007

“.....a minha vida é ‘tocar’ as pessoas. Tocar pela palavra, gesto, expressão”, olhar, movimentos, etc., nos seus pontos sensíveis, adormecidos, cristalizados, encantados. Eu consigo ‘tocar’ quando fui ou estou sendo ‘tocado’ por esta mesma pessoa”.

Abel Guedes
(Psicoterapeuta)

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por ter me dado a vida e a tudo tornar possível;

Aos meus pais, Rubem e Suely; razão pela qual existo;

A minha esposa Sonia, por apoiar minha jornada de estudo;

Aos meus filhos, Max e Natacha, por compreenderem minha ausência em determinadas horas;

Aos jovens dos Correios por terem me ajudado nas entrevistas;

A todos Doutores e Doutoradas que conduziram o curso com muito brilhantismo;

A todos empregados da EST que nunca pouparam esforços no sentido de nos proporcionar momentos de alegria e tranquilidade;

Aos colegas de aula, pelo carinho e coleguismo;

A Coordenadora Prof^a Dr^a Gisela, pela dedicação, compreensão e sensibilidade;

Ao Orientador Prof. Dr. Rodolfo Gaede Neto, pela dedicação e ajuda recebida.

.

RESUMO

Nesta pesquisa apresentamos um Programa de Educação voltado para o mundo do trabalho, desenvolvido no âmbito de uma Empresa Pública, a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), cujo objetivo foi promover ações que assegurassem a aquisição de hábitos, experiências e atitudes indispensáveis ao ajustamento no trabalho produtivo e na convivência social de adolescentes oriundos de famílias de classes populares. São descritos os procedimentos de contratação, pré-requisitos para ingresso, remuneração, benefícios, definição das atividades, direitos e deveres, treinamento, atividades sócio-educativas, acompanhamento escolar. Ressaltamos o papel dos orientadores cuja responsabilidade foi acompanhar e instruir os jovens durante sua jornada de trabalho. Este conjunto de ações teve como finalidade, pesquisar as transformações ocorridas nos adolescentes que participaram do projeto e analisar se os objetivos propostos pelo programa atingiram suas metas, bem como apontar caminhos que possam dar continuidade a situações da mesma natureza.

ABSTRACT

In this research we present a Program of Education inside directed toward the world of the developed work of a Public company ECT (Brazilian Company of Post offices and Telegraphs), whose objective was to promote actions that assured the indispensable acquisition of habits, experiences and attitudes to the adjustment in the productive work and the social convivência of deriving adolescents of families of popular classrooms.

The procedures of act of contract are described, prerequisite for ingression, remuneration, benefits, definition of the activities, rights and duties, training, partner-educative activities, pertaining to school accompaniment. We stand out the paper of the people who orientates whose responsibility was to follow and to instruct the young during its hours of working.

This set of action had as purpose, to search the occurred transformations in the adolescents who had participated of the project and to analyze if the objectives considered for the program they had reached its goals, as well as pointing ways that can give to continuity the situations of the same nature.

SUMÁRIO

RESUMO	05
ABSTRACT.....	06
INTRODUÇÃO.....	08
1 ADOLESCÊNCIA, TRABALHO E CIDADANIA	13
1.1 Adolescência	13
1.2 O mundo no trabalho	21
1.3 Adolescência e trabalho	23
1.4 Trabalho enquanto direito	25
1.4.1 Aprendizagem	27
1.4.2 Dos requisitos do aprendizado	27
1.4.3 Dos direitos trabalhistas	28
2 O TRABALHO DO ADOLESCENTE NA EMPRESA (ECT/ PROGRAMA – CORREIOS EDUCANDO PARA O FUTURO–PROJETO ADOLESCENTE)	31
2.1 A inserção do adolescente no mundo do trabalho	33
2.2 Dados do projeto	
2.3 Pesquisa Metodológica	38
2.4 Análise e interpretação dos dados da pesquisa.....	39
2.5 Reflexão à luz dos resultados da pesquisa	48
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

INTRODUÇÃO

A crise econômica-política brasileira agravou o estado de pobreza da população, fazendo crescer o percentual de famílias que ganham até dois salários mínimos que enfrentam sérios problemas para sua sobrevivência.

Sob este aspecto, e ainda acrescido de outros fatores psicológicos, sociais e familiares, que contribuem para o desajustamento cada vez maior no desenvolvimento da criança e adolescente como pessoa e como integrante de uma sociedade, é que diversas instituições vêm tentando com seus recursos, contornar esse problema social.

A adolescência, por ser uma fase da vida humana caracterizada pela busca da identidade, de maior convívio com grupos e meio social e, sobretudo, de adaptação a este meio, é que torna de fundamental importância o trabalho de apoio e orientação como prevenção de malefícios sociais e individuais.

O trabalho de crianças e de adolescentes tem sido objeto de estudos que tratam do tema com enfoques teóricos distintos, os quais têm suscitado indagação em função das consequências que o trabalho acarreta no desenvolvimento psicológico e intelectual e na escolarização de crianças e adolescentes. Alguns estudos, dentre os quais os de Alvim e Valladares, 1988; Gomes, 1998; Passetti, 1991, discutiram e analisaram a legislação acerca do trabalho na infância e na adolescência até sua regulamentação atual com a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

O ECA, lei federal de 13 de julho de 1990, criou condições para assegurar à criança e ao adolescente o cumprimento dos direitos presentes na Constituição de 1988, procurando defendê-los da exploração nas relações de trabalho. Para isso, entre outras medidas, o ECA estabeleceu distinção entre faixas etárias, levando em conta as diferentes fases de desenvolvimento. Considera criança quem tem até 12 anos incompletos e adolescentes, aqueles entre 12 e 18 anos. De acordo com o ECA, crianças e adolescentes são cidadãos e sujeitos de direito em fase de desenvolvimento e, por isso, não tem condições de fazer valer plenamente seus direitos ou a própria sobrevivência, necessitando da proteção da família e do Estado.

Essa proteção, que inclui a regulamentação da entrada no mercado de trabalho a partir de 16 anos, baseia-se:

Num conjunto de regras e no estabelecimento de condições em que adolescentes podem trabalhar, tais como idade, horário de trabalho condizente com a possibilidade de frequência à escola, assim como proibições quanto a trabalhos considerados insalubres e ao horário noturno, ambos tidos como prejudiciais ao crescimento e à saúde deste trabalhador (Alvim, 2001, p.216).

Nesse sentido, alguns estudos mostram como o trabalho de crianças e adolescentes é importante para ampliar os rendimentos dos pais e para assegurar a sobrevivência da família (Bilac, 1978; Fausto Neto 1982; Machado Neto, 1979 e 1980), bem como para impedir que os filhos fiquem ociosos “na rua” e para evitar seu envolvimento com o mundo da marginalidade, que envolve a possibilidade de consumo e de tráfico de drogas (Alves Mazzotti, 2002; Alvim, 2001; Dauster, 1992). Por outro lado, o trabalho pode propiciar o amadurecimento psicológico e intelectual dos adolescentes (Mauro, 1995) e atuar como forma de socialização, que pode completar a ação da escola (Dauster, 1992; Spósito, 1994). Além disso, a condição de produto de rendimento não resulta apenas da situação de pobreza, mas a busca por emprego está associada ao desejo de conquista de autonomia e de liberdade e também de consumo de bens que os pais não podem proporcionar (Cervini & Burger, 1991; Dauster, 1992; Madeira & Bercovich, 1992). Esses estudos indicam, portanto, que há diferentes motivações para o ingresso de crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Não obstante, se o trabalho de crianças e adolescentes é, em certos casos, necessário para a sobrevivência de famílias das classes populares, mesmo quando resulta de outras motivações, não pode ser dissociado das conseqüências negativas que acarreta (Alvim, 2001; Gomes, 1998; Machado Neto, 1979; SEADE, 1992).

A partir dessa realidade socioeconômica brasileira, com um número cada vez mais significativo de famílias em estado de pobreza e falta de qualidade de vida, é que a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) tomou a iniciativa em nível nacional, de implantar o Programa de Apoio ao Adolescente Aprendiz.

Considerando as difíceis circunstâncias decorrentes da combinação de fatores culturais, psicológicos, sociológicos e econômicos, o projeto com adolescentes de famílias de classes populares, representou umas contribuições concretas da Empresa, proporcionando ao jovem, na situação de adolescente aprendiz, condições adequadas ao exercício de atividade regular remunerada e participação em atividades sócio-culturais e educativas, visando seu desenvolvimento pessoal. Desta forma, promoveu a melhoria de qualidade de vida de centenas de adolescentes brasileiros, pois os auxiliou num desenvolvimento mais saudável, uma vez que foi assistida, podendo contar com uma equipe de apoio de várias áreas (social, psicológica, educacional, médica) para orientá-los. Essa atividade também foi produtiva no sentido de promover trocas de experiências e ocupar o tempo ocioso em que poderiam estar realizando atividades prejudiciais, como uso de drogas, bebidas, atos de vandalismo, etc., além de desenvolver uma postura e preparação para a entrada no mercado de trabalho.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivos investigar e refletir sobre o conjunto de conseqüências advindas das mudanças do mundo do trabalho na contemporaneidade e seus rebatimentos no trabalho juvenil; analisar e registrar os resultados da pesquisa realizada junto aos adolescentes pertencentes ao projeto da ECT, numa perspectiva em que o adolescente seja o sujeito de sua história; apresentar o processo de trabalho, vivenciado por adolescentes na condição de “aprendizes”, como processo educativo no período de formação do trabalhador adolescente.

Para melhor compreensão da temática a ser desenvolvida, esta pesquisa está elaborada em três capítulos.

No primeiro capítulo buscamos refletir a adolescência nas suas particularidades subjetivas e o trabalho juvenil. Contextualizados como resposta às contradições e às exigências econômicas e sociais do processo de produção capitalista, procuramos destacar a importância do trabalho juvenil, enquanto direito e exercício de sua cidadania.

No segundo capítulo, apresentamos a pesquisa realizada junto aos adolescentes da ECT. Nesse capítulo, colocaremos a metodologia aplicada à pesquisa e análise dos dados, numa perspectiva de busca e compreensão da realidade do mundo do trabalho, na qual o jovem, hoje, está inserida.

No terceiro e último capítulo, refletimos sobre o trabalho do adolescente aprendiz no âmbito da empresa, como recorte do estudo no contexto global. Este recorte possibilita revelar as facetas da inserção do adolescente no mundo do trabalho e como se dá a construção da cidadania juvenil.

Através desta pesquisa apresentarei uma análise detalhada da importância da participação dos adolescentes desde a data de ingresso e desligamento do projeto bem como os resultados encontrados no que se refere à aquisição de hábitos, experiências e atitudes indispensáveis ao seu ajustamento no trabalho produtivo e nas atividades sócio-culturais e educativas. Buscarei apontar as principais dificuldades dos adolescentes frente ao mercado de trabalho; analisar o significado de pertencer a um projeto social; identificar as fases preparatórias; investigar a melhoria da qualidade de vida dos adolescentes; examinar a importância da participação em atividades sócio-culturais; apontar a relevância do aprendizado de tarefas como diferencial para o ingresso no mercado de trabalho.

A partir da realidade socioeconômica brasileira, com um número cada vez mais significativo de famílias em estado de pobreza e falta de qualidade de vida, é que a ECT tomou a iniciativa em nível nacional, de implantar o Programa de Apoio ao Adolescente Aprendiz.

Considerando essa situação, uma junta de Assistentes Sociais e Chefias da Diretoria em Brasília se reuniram e criou o Módulo 41 do Módulo de Pessoal da ECT, baseado no Estatuto da Criança e Adolescente, que se refere ao seguinte, no artigo 3:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trabalha a lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar os desenvolvimentos físicos, mentais, morais, espirituais e sociais, em condições de liberdade e de igualdade.

No campo do trabalho, em 1990, o ECA (artigo 68 da lei 8069/90) regulamentou a situação do adolescente trabalhador, de 14 a 18 anos, considerando-o um aprendiz profissional a quem são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários, sendo vedado o trabalho noturno, perigoso, insalubre e penoso. A frequência ao ensino regular é obrigatória para o adolescente trabalhador. Também afirma o ECA que este adolescente trabalhador deve ser atendido por equipe multidisciplinar que realiza com ele um verdadeiro trabalho educativo, isto é, uma atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevaleçam sobre o aspecto produtivo.

Desta forma se justifica a pesquisa, pois o projeto teve cunho social e atingiu várias famílias das classes populares do Rio grande do Sul.

Os dados pesquisados servirão efetivamente para balizar situações num futuro bem próximo, pois existe a possibilidade do projeto ser reativado, visto que foi desativado em 2004.

1 ADOLESCÊNCIA, TRABALHO E CIDADANIA

1.1 Adolescência

A história de vida de uma pessoa começa muito antes do seu nascimento e vai se processando ao longo do tempo. O primeiro nascimento do homem corresponde ao seu nascimento real, quando nasce para a família e para a espécie. O segundo nascimento do homem acontece na adolescência, quando nasce para si mesmo e para a sociedade.

Na infância, a criança está ligada ao projeto de vida dos pais. Na adolescência, o jovem não aceita mais o que os outros determinam para a sua vida. Ele mesmo quer decidir sobre o seu próprio destino.

Adolescer, além de representar um momento de crise, é também o momento em que o adolescente faz suas escolhas, seus projetos de vida. Estes projetos contêm a visão que o adolescente tem de si mesmo, de suas potencialidades e do que almeja alcançar.

Nesse sentido, o ciclo vital do ser humano é constituído por uma seqüência complexa de períodos de uma relativa tranquilidade e períodos de grandes mudanças, freqüentemente acompanhado de crises.

Cada uma das fases do ciclo vital humano faz exigências específicas à estrutura psíquica. O período de mudanças e crises chamado de adolescência é, sem dúvida a mais turbulenta dessas fases.

Abarca mais ou menos a segunda década da vida. Nessa época, o mais evidente são as modificações do corpo do menino e menina para o de homem ou mulher adulta.

Para Ingá Villarreal (2001), esse crescimento corporal leva à maturação física e inclusive à possibilidade da sexualidade adulta, procriativa, concomitantemente às importantes mudanças que estão se produzindo na estrutura psíquica. O fenômeno da adolescência só é encontrado no desenvolvimento do ser humano. Este fenômeno pode ser estudado de muitos ângulos diferentes. Um deles é ver a adolescência como uma organização-reorganização das defesas contra a emergência das pulsões sexuais que ocorre na puberdade; outro enfoque é considerar a adolescência como uma segunda fase de separação das figuras parentais.

A adolescência é uma fase apaixonante da vida do ser humano. Para analisá-la é necessário um mergulho profundo em um cotidiano que, muitas vezes, se oculta impossibilitando uma maior compreensão da sua subjetividade: a fase das transformações.

Em nossa abordagem sobre a adolescência, neste primeiro capítulo, faz-se necessário lembrar que a criança e o adolescente, como agentes sociais, são, ao mesmo tempo, receptores e produtores de conceitos, valores, hábitos, crenças, sentimentos e práticas. Esse conjunto forma uma racionalidade específica que constitui a criança e o adolescente como pessoas em desenvolvimento.

A adolescência, pela particularidade do que provoca, não é um tema qualquer. Ao pretender-se falar sobre a adolescência e o mundo do trabalho, deve-se estar atento à singularidade e subjetividade dessa fase da nossa vida. Não se podem esquecer suas características, seus conflitos internos, sua forma escandalosa de chamar a atenção, sua posição de recém-saído da etapa infantil embora não preparado para a fase adulta.

É nesse período que o adolescente se refugia entre amigos, buscando no grupo, a sua própria identidade. É intensa a busca pelos pontos mais frequentes de reunião dos amigos, o grupo, situados em lugares como: bares, clubes, praças, shopping, danceterias, onde o adolescente exercita sua privacidade juvenil num espaço de liberdade para expressar seus sentimentos sem ser reprimido ou questionado, um espaço só dele e que tem muitos ouvidos à sua disposição, mas que em hipótese alguma irão contestá-lo.

Para Blos (1962) conforme citado por Coleman (1979), os adolescentes precisam viver experiências com iguais e, por isso, o grupo de pares pode suprir necessidades afetivas e de apoio. Nesses grupos, que são criados no bairro, na escola, no trabalho, em clubes, o adolescente pode experimentar emoções, além de estimulação, empatia, sensação de pertencimento, identificação, que são essenciais para seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, convivendo com pares, o adolescente adquire conhecimentos que nem sempre a família pode proporcionar e que se referem a novas formas de vivências dessa fase, sobretudo aquelas relacionadas à sexualidade.

Desse modo, a convivência no grupo de pares é importante para o adolescente aprender formas de sociabilidade, próprias de sua idade, de seu gênero e de sua condição social, as quais irão nortear seu processo de busca de autonomia e de independência.

Por esse motivo, o grupo é um elemento importante para a maturação do adolescente como refere Knobel (1984); as atuações do grupo e dos seus integrantes representam uma maneira ativa de determinar uma identidade, pois o adolescente encontra um reforço necessário para os aspectos mutáveis do ego, que se produzem neste período da vida.

Xavier (1973) faz referência à importância de se manter e incentivar grupos informais, uma vez que envolve sentimentos de pertença e aceitação; a pessoa sente-se membro de um grupo e integra-se melhor.

Adamo et al (1987) também considera que atividades recreativas como lazer, esporte, artes, são momentos importantes de aprendizagem, pois é onde surge a criatividade, a inter-relação humana, os sentimentos, o raciocínio; e o processo educativo flui através da própria vivência.

Segundo Adamo et al (1987), o adolescente experimenta um processo de constante aprendizagem, redescobrimo o mundo de maneira mais amplas e crítica, vendo estruturas paradoxais e coexistências de valores antagônicos, acumulando experiências num processo de avanços e recuos.

Todo os ambientes físicos, externos ao indivíduo, provoca determinadas experiências ao indivíduo que vão ter relevância na formação e estruturação da personalidade. Produz

estímulos sobre os indivíduos, provocando reações diversificadas, fator contributivo para a diversidade individual (Xavier, 1973, p. 48).

O adolescente brasileiro passa pelo processo de amadurecimento e de construção da identidade com dificuldade, pois em uma sociedade em intenso processo de transformação, valores tradicionais e renovadores convivem lado a lado, o que tende a dificultar sua transição para uma nova fase.

Nas famílias de classes populares, é na adolescência, se não desde a infância (Mauro, 1995), que os filhos são inseridos no mercado de trabalho, em função das dificuldades financeiras da família.

O termo *camadas populares* constitui uma categoria utilizada para designar a população pobre dos centros urbanos, cuja condição de moradia é precária, com dificuldade de acesso a serviços de saúde, educação, saneamento básico e com renda familiar reduzida (Romanelli, 1997). Nessas famílias, os cuidados com os filhos e o processo de socialização cabem principalmente à mãe, enquanto o pai tem menor importância nessas atividades. Na socialização primária, como processo de inculcação de padrões culturais para organizar o comportamento individual, outras instituições como escola, igreja, mídia, além do grupo de pares, também atuam como transmissores desses padrões. Durante a infância, as figuras dos pais constituem os principais agentes desse processo, servindo de intermediário entre a esfera social mais ampla e os filhos no período que compreende a adolescência; há diminuição da importância dos pais, na medida em que o grupo de pares passa a ter importância decisiva no aprendizado de padrões de conduta (Berger & Berger, 1976).

Arminda Aberarty diz que, entrar no mundo dos adultos, para o adolescente significa ter de aceitar a perda definitiva de sua condição de criança. E nesse momento transitório constitui etapa decisiva de um processo de desprendimento do que começou com o nascimento. A autora afirma que, é no período da adolescência que tudo começa a mudar na vida do ser humano.

Ocorrem as modificações biológicas e subjetivas (externas e internas). O adolescente passa a ter um corpo esquisito, com braços e pernas mais alongados que o tronco, a mudança

de voz nos meninos, a menstruação da menina, surgem os pêlos pubianos, enfim um corpo não definido, um corpo que não é de criança, mas também não é de adulto.

Na adolescência, a sexualidade passa a ser genitalizada, ou seja, o jovem se descobre com um corpo em transformação. Uma forma específica de ser homem/mulher, com desejos e com novos sentimentos e sensações desabrochando.

Tais transformações levam o adolescente a se “jogar de cabeça” em busca de sua identidade, às vezes de uma forma não muito passiva. Por isso, na busca de sua identidade o adolescente critica, contesta, grita, esperneia, bate porta, ignora os limites-simultaneamente, exigindo o restabelecimento desses limites.

Para o adolescente, a quebra dos padrões é um movimento necessário para possibilitar a descentralização, a confirmação de sua identidade e a promoção de seu desenvolvimento.

Dentre as características comuns, Becker (1987) esclarece que a adolescência pode ser mais bem entendida como passagem que produz mudança de atitude no indivíduo que, de mero espectador, assume uma postura mais ativa e questionadora diante da vida. Ela é um período de revisão, de autocrítica e de transformação e é uma fase vital para o processo de desenvolvimento da pessoa. Nesse sentido, pode ser considerada como processo durante o qual, lenta e gradualmente, o sujeito amadurece procurando conquistar sua individuação e construir uma identidade própria (Coleman, 1979; Pais, 2003).

No processo de adquirir uma identidade, Erickson (1976) considera que a tarefa principal do adolescente é diferenciar-se de seus pais, questionando e discutindo suas orientações para construir sua individualidade e, por isso, passa a questionar as formas de conduta e os valores paternos, a fim de construir sua própria individualidade.

Nessa fase, paralelamente ao surgimento de novas formas de sociabilidade e com a emergência de mudanças corporais e o início de manifestações de sexualidade, os adolescentes vivem sentimentos conflitantes enquanto buscam conquistar independência financeira e autonomia em relação aos pais e aos adultos em geral. Trata-se de um processo marcado por novas descobertas, que são vividas de modo intenso na busca de construção de identidade.

De acordo com Blos (1962, apud Coleman 1979), nessa etapa de transição para a idade adulta, os adolescentes necessitam de fontes de referências diversas daquelas oferecidas pelos pais adultos para organizar suas experiências. Em sociedades que passam por processo de mudanças acelerado, a experiência dos mais velhos é, com frequência, desatualizada para orientar as formas de conduta dos adolescentes. Enfrentando fortes conflitos, os adolescentes buscam outros modelos de identificação. É nesse sentido que o grupo de pares, representado pela turma da escola, da rua, do bairro, do clube etc., passa a constituir uma referência básica na ordem da conduta dos adolescentes. É entre os pares, isto é, entre os iguais que eles encontram espaço para expressar emoções, sentimentos, dúvidas e ansiedades; é com eles que aprendem formas de condutas adequadas à sua idade, a seu gênero e à sua condição social (Coleman, 1979).

Enfim, nunca um dia é igual ao outro: a descoberta do novo corpo, o novo significado da amizade, a descoberta do sexo oposto, a paquera, o apaixonar-se, o amor... tudo isso envolve o adolescente de tal maneira, que ele necessita de liberdade para ir ao encontro de seus próprios valores para poder ver o mundo sob uma nova ótica: a sua própria identidade. “A adolescência é, por excelência, um tempo de exílio onde as fronteiras de um aqui e um lá se constroem” (Souza, Edson L. André, p. 209).

Não obstante a tantas colocações de teóricos, não poderia deixar de mencionar uma visão psicanalista, abordada por Guillermo Carvajal, (2001); o autor coloca que: a adolescência é um período inevitável do desenvolvimento psicológico do ser humano. Não existe nenhuma possibilidade de escapar dele, e tentar fazê-lo provoca graves conseqüências psíquicas.

Do mesmo autor: embora continue a utilizar por costume, mas para evitar confusões, o termo *adolescer* (com o *s* intermediário), presta homenagem ao termo que realmente deveríamos utilizar: *ado [l] jecer*.

Adolescer vem do latim *adulescens* ou *adolescnes* (homem jovem), como participio ativo de *adolescere* (crescer).

Ado [l]ecer, do latim *ad* (a), e *dolescere*, de *dolere* (doer), cujo significado é “cair enfermo ou padecer de alguma enfermidade habitual” e “tratando-se de afetos, paixões, vícios ou más qualidades, tê-los ou estar sujeito a eles”, ou, ainda, “causar doença ou enfermidade” .

Como se vê claramente, a origem dessas palavras é comum e mesclada, tendo o termo *adolescência* sido tomado por decantação histórica, dando-se a ele uma conotação de mera etapa de crescimento e perdendo-se no tempo o significado de dor, de vícios e de paixões irredutíveis; o sentido original está muito mais próximo do verdadeiro processo da adolescência, em contraposição ao puro e asséptico de juventude e crescimento.

Mesmo sendo a adolescência um processo complexo de metamorfoses entre criança e o adulto, com certas regras do jogo às quais nenhuns ser humano pode escapar, suas manifestações comportamentais variam de forma dramática, dependendo do modelo de comportamento padronizado por cada cultura. Deste ponto de vista, podemos distinguir os tipos de adolescência que apresentaremos a seguir, conforme Guillermo Carnaval, (2001).

Adolescência amputada

Em ambientes altamente repressivos, primitivos, ou nos quais predomina totalmente (sobre qualquer outra meta) a luta pela subsistência e a conservação do indivíduo, o adolescente se vê impedido, coibido, amputado, privado de manifestar de forma direta seus conflitos essencialmente adolescentes.

Adolescência em condensação simbólica

Este fenômeno cultural desapareceu em grande parte no mundo moderno, dada a destribalização e a concomitante perda da importância do mito, do rito e da religião, entre outras coisas. Ele consiste em condensar a situação da adolescência num fato ou ritual simbólico, que ao ser executado, permite a descarga total da tensão contida, produzida pela não-realização, no nível da conduta, de seu estado crítico adolescente em outro tipo de atividade. O mito, o rito e o simbolismo substituem a ação direta do desejo ou da necessidade.

Adolescência exuberante

O adolescente exuberante apresenta um perfil de comportamento decorrente da ação direta de suas necessidades borbulhantes, sem a presença de simbolismos ou amputações. Ele tende a atuar diretamente no que é conflito em sua mente. Não poupa comportamentos, modas

ou expressões que permitam dar a conhecer sua inconformidade ou seu desejo. Converte-se no paradigma do socialmente quando se excede em sua apresentação.

A adolescência abortada

Diferente das três abordagens anteriores, em que a ênfase estava no marco cultural e suas regras de jogo social, esta dependem antes de tudo do manejo intrapsíquico que o adolescente faz, das vicissitudes de suas próprias mudanças.

A adolescência tardia

Uma variante menor (e menos grave) da adolescência abortada é a adolescência tardia. Consiste num quadro de manifestações da adolescência que aparecem em etapas cronológicas posteriores ao esperado em termos de média de idade. São os jovens nos quais observamos os conflitos dinâmicos da adolescência abortada, mas que puderam superar o impasse e conseguiram, mesmo que de forma tardia, avançar em seu processo adolescente.

Segundo o mesmo autor, o ser humano no período da adolescência passa pela chamada fase das crises. Dá-se uma crise de identidade. A crise de identidade é a crise central da adolescência, pilar da mudança, essência da metamorfose. É uma situação intrapsíquica complexa, em sua maior parte inconsciente e, portanto, deve ser concebida de maneira teórica e metapsicológica. Podemos ver clinicamente suas manifestações observáveis nas diversas etapas.

Trata-se de um tema que foi objeto de estudo de muitos teóricos, psicanalistas ou não, inclusive o próprio Freud. Contribuições como as Erick Erickson, Peter Bloss, Anna Freud, Donald Meltzer, Jacques Stern entre outros, elucidaram alguns pontos complexos.

1.2 O mundo do Trabalho

Vivemos atualmente, profundas mudanças no mundo do trabalho decorrentes da desregulação da força de trabalho, do achatamento dos salários e aumento do desemprego determinado pelo impacto da globalização e a política neoliberal, provocando, sobretudo, a

desorganização da classe trabalhadora. As dificuldades sentidas e vivenciadas pela classe trabalhadora surgem dos desdobramentos do capitalismo.

No Brasil, o fenômeno do desemprego é massacrante. Os lamentos e os transtornos causados pelos “vadios” “vagabundos”, “desocupados” e outros estigmas geram no trabalhador uma situação de adormecimento e impotência.

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas para viver é preciso comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção de meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material (Marx e Engel, 1977, p. 39).

O trabalho é uma das necessidades humanas que o cidadão deve ter satisfeito, pois é através dele que se pode associar o pensar ao fazer. Sendo o trabalho uma atividade vital para o ser humano, é através dele que o homem modifica o mundo e a si próprio, construindo sua história, na história.

Neste sentido, o trabalho é também gerador de saber, e como tal, fonte para a explicação e compreensão da realidade. Além disso, é no exercício de uma atividade prática que o ser humano apreende a realidade, identificando as contradições, os problemas político-ideológicos, a ponto de contribuir para a mudança. Mas o mundo do trabalho tem sofrido uma série de transformações por conta da globalização, que reforça e fortalece o capitalismo industrial através das políticas neoliberais, alavancando o domínio do capitalismo financeiro e internacionalização do capital, o que fragiliza cada vez mais a classe trabalhadora.

O maior impacto da globalização se manifesta na desregulação da força de trabalho, no achatamento de salários e no aumento de desemprego, pela flexibilização do mercado de trabalho.

Nessa mesma abordagem recomendo o artigo "Trabalho precoce e riscos à saúde", de Rafael Franklin.

A questão do trabalho precoce é complexa, estando associada, embora não restrita, à pobreza, à desigualdade e à exclusão social existentes tanto no Brasil quanto em muitos outros países do mundo. Porém, outros fatores de naturezas cultural, econômica e de organização social da produção respondem também pelo agravamento. É importante salientar que este

problema não acomete somente os países subdesenvolvidos, mas também os mais desenvolvidos.

Há, no Brasil, de forma regionalmente diferenciada, uma cultura de valorização do trabalho com o objetivo de retirar as crianças e os adolescentes da ociosidade e da possível delinqüência.

Existem, também, fatores vinculados a formas tradicionais e familiares de organização econômica, em especial na pequena produção agrícola, em que os objetivos primordiais são o aprendizado de algum ofício e o auxílio na mão-de-obra familiar. Por outro lado, ocorre a exploração da mão-de-obra infanto-juvenil, que muitas vezes é a única forma de sustento da família. Ademais, as poucas oportunidades oferecidas influenciam sobretudo a participação dos menores na força de trabalho.

Importam nessa questão não apenas os números, que mostram a inserção precoce das crianças e adolescentes na força de trabalho, mas também a natureza desse trabalho em particular, pelas condições em que se realiza e pelos riscos e abusos a que são submetidos em seu exercício. No Brasil, o trabalho infantil localizado na zona rural, tanto no regime de economia familiar, a exemplo da atividade fumageira, quanto em outras atividades, tais como plantações de cana-de-açúcar, produção de carvão vegetal e extração de pedras, é decidido pelos pais, que utilizam o trabalho dos filhos para garantir as cotas de produção e complementar a sua renda familiar. Na zona urbana, a mão-de-obra infanto-juvenil é absorvida no setor informal e em algumas atividades formais como a produção de calçados. As crianças também participam de atividades ilegais e anti-sociais de alto risco, como a prostituição e o tráfico de drogas.

O trabalho precoce é um problema social que atinge a humanidade, com estreita relação com a condição econômica. A criança trabalha, muitas vezes, em circunstâncias que comprometem sua saúde e longevidade, pois os pais contam com os “braços dos filhos” para sobreviverem. Essa estratégia, embora tenha uma resposta econômica imediata para assegurar a sobrevivência das famílias, reveste-se de elevado custo social com o passar do tempo na medida em que perpetua a pobreza e a desigualdade. Dessa forma, nos casos em que o trabalho apenas consegue assegurar a comida para a sobrevivência, a educação é um luxo inacessível e o futuro torna-se sombrio.

Epidemiologia

A organização Internacional do Trabalho (OIT) calcula que cerca de 250 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 14 anos trabalham no mundo, sendo que a metade deles em período integral. Recentemente, foi divulgado pela OIT um relatório que identifica 153 milhões de crianças trabalhadoras na Ásia, 80 milhões na África e 17,5 milhões na América Latina.

O Brasil é o terceiro país da América Latina que mais explora os trabalhos infanto-juvenis, precedidos pelo Haiti e pela Guatemala. Segundo estimativas do IBGE, existem aproximadamente 7,5 milhões de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Destes, cerca de 3 milhões com idade entre 10 e 14 anos e 4,5 milhões entre 14 e 17 anos, o equivalente a 12% da população economicamente ativa do Brasil. Outros dados estatísticos nos levam a entender a importância do trabalho infanto-juvenil: 4,5 milhões de brasileiros, dos 7 a 14 anos - fase do ensino obrigatório – não freqüentam a escola. Além disso, existem trabalhadores abaixo de 18 anos que são tidos como “semi-escravos” e cumprem jornadas de até 12 horas sem remuneração.

1.3 A adolescência e o trabalho

Assim sendo, para as famílias das camadas populares, o processo socializador direciona-se para que os filhos adquiram com a maior brevidade possível certa independência para que possam cuidar de si próprios sem supervisão adulta e adquiram autonomia, o que contribui para a construção de suas identidades pessoais e sociais. Com isso, os filhos passam a gozar de liberdade de circulação com relativa pouca idade. Ainda assim, há o empenho dos pais para manter controle sobre o espaço de convivência dos filhos, o que não impede uma inevitável diversificação das formas de sociabilidade infantil, alargando as experiências dos imaturos. (Romanelli, 1997).

Nessas famílias, os filhos passam a ter atribuições a partir de seis ou sete anos. Isso, incluindo a execução de tarefas domésticas, assim como a inserção no mercado de trabalho. Promove-se assim uma “adultização precoce” dos filhos, em especial os do sexo masculino. As filhas, em função dos papéis sexuais atribuídos ao sexo feminino, não são impelidas a

exercer trabalho remunerado da mesma forma como ocorre com os filhos das famílias das camadas populares (Agier, 199; Romanelli, 1997; Sarti, 1996).

Essa socialização para assumir tarefas domésticas e/ou remuneradas está diretamente associada às condições financeiras das famílias. Com rendimentos escassos, uma possibilidade de ampliá-los e de melhorar o consumo depende de os membros da família poderem contribuir para o orçamento doméstico. Nesse sentido, os rendimentos obtidos pelos filhos são fundamentais para assegurar o consumo da família, conforme várias pesquisas já documentaram (Bilac, 1978; Fausto Neto, 1982; Machado Neto, 1979, 1980).

Com o ingresso no mercado de trabalho formal ou informal, os filhos passam a ter uma nova condição dentro da família, já que em vez de apenas consumidores passam a ser produtor de rendimentos, agregando a identidade social de trabalhador a suas outras identidades. Com isso, passam a desfrutar de maior autonomia em relação aos pais, com possibilidade de negociação e até de contestação das orientações e dos limites impostos pelos genitores. Além disso, o trabalho, principalmente o remunerado, contribui decisivamente para o processo de amadurecimento psicológico e social dos filhos do sexo masculino (Romanelli, 1997).

Ao ingressar no mercado de trabalho, além de independência financeira, os adolescentes buscam a possibilidade de consumirem bens aos quais provavelmente não teriam acesso caso não dispusessem de recursos financeiros próprios. Alguns desses bens constituem “símbolos da juventude” (SEADE, 1998) e abrangem itens de vestuário e de lazer, tendo elevado valor simbólico para os adolescentes. Cabe lembrar que a formação/invenção de uma “loucura jovem” foi impulsionada pelo consumo (L Segalen, 1999), o que Adamo (1987) critica mostrando a influência negativa que os meios de comunicação exercem sobre os adolescentes, procurando transformá-los unicamente em consumidores.

Nos últimos anos, a faixa etária que abrange os adolescentes tem apresentado crescimento, destacando-se em relação ao conjunto da população. Os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000 indicam que o grupo mais numeroso da população compreende os adolescentes entre 15 e 19 anos, com quase 18 milhões de pessoas. Esse grupo é seguido pelo segmento entre 20 e 24 anos, com pouco mais de 16 milhões (IBGE, 2004).

Esse crescimento demográfico não tem sido acompanhado por ações do poder público para oferecer serviços como educação, saúde, ou para promover políticas de geração de empregos para essa população específica (SEADE, 1998). Um estudo desenvolvido pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) entre os anos de 2000 e 2003 na cidade de São Paulo, apontou que as crianças e jovens de até 15 anos se concentram nos bairros mais pobres e com menos estrutura de serviços da cidade. A proporção da população jovem nesses bairros é aproximadamente o dobro daquela que ocupa as áreas que apresentam os melhores índices de qualidade de vida (Viveiros e Cols, 2004).

O acesso ao emprego vem se tornando especialmente difícil para os adolescentes em decorrência do desemprego estrutural. Ao lado do aumento de adolescentes e jovens no conjunto da população, eles sofreram maior instabilidade no emprego, permanecendo nele menos tempo do que seus colegas mais velhos. A alta rotatividade limita o acúmulo de experiência profissional, o que acarreta dificuldade para nova colocação no mercado de trabalho (SEADE, 1998).

1.4 Trabalho enquanto direito

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8069/90, que em seu Artigo 60, ratifica a proibição do trabalho infantil e que em seu Artigo 62 “considera a condição de aprendiz diz respeito à formação técnico-profissional, ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação vigente”.

A precarização das relações de trabalho constitui hoje uma das causas que acelera o fenômeno do trabalho infantil e da exploração do adolescente no trabalho.

O adolescente trabalhador possui todos os direitos trabalhistas e especial atenção na garantia do acesso à escola, proibição do trabalho noturno (das 22h às 5h), proibição de trabalho em locais perigosos e insalubre que prejudiquem a sua formação moral e intelectual, mas sabemos que muitas vezes esses direitos não são respeitados.

Em pesquisa no projeto desenvolvido na ECT, essa prática não foi observada, visto o acompanhamento da equipe técnica.

A Constituição Federal de 1988 inovou a concepção sobre a qual as normas anteriores foram edificadas, incorporadas à doutrina da proteção integral, segundo a qual a criança, vista como cidadã, não se afigura como mero objeto de assistência ou pessoa em potencial, mas, sendo sujeito de direito, a ela são destinadas proteções específicas e prioritárias, por se encontrar em fase de desenvolvimento pleno.

O Artigo 227 da Constituição Federal /88 em seu inciso 3º é claro em relação no que segue:

“ (...) o direito à proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º,XXXIII;

II – garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III – garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola”.

É exatamente nesse contexto de nova doutrina instituída pela Constituição Federal/88 e posteriormente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que a questão da erradicação do trabalho infantil e à proteção do trabalho do adolescente deve ser analisada, destacando-se que a gestão de atendimento à infância e à juventude passou a ter por diretrizes a descentralização político administrativa e a “participação popular por meio de suas organizações representativas, na formulação de políticas e no controle das ações de todos os níveis” (art, 204, CF), ou seja, a gestão de atendimento à criança e ao adolescente passa a ter caráter municipalizado, em comum acordo entre Poder Público e sociedade, ou seja, as políticas sociais devem partir do município em conjunto com a sociedade organizada.

Quanto ao direito à profissionalização e à proteção no trabalho do adolescente, o Art. 60 do ECA diz que *“é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz”*.

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, alterou a idade mínima de ingresso ao trabalho para 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Art. 63º diz que:

“A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios”.

I – garantia de acesso a frequência obrigatória ao ensino regular;

II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente.

Ao adolescente aprendiz, maiores de quatorze anos, são assegurados, os direitos trabalhistas e previdenciários (art. 65).

O Artigo 68º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA diz que:

o programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não- governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

O inciso I explica:

“Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral, em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo" (ECA,1990).

Assim, constatamos que a remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou participativo na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção sob o aspecto de respeito à condição de pessoa em desenvolvimento e de capacitação adequada ao mercado de trabalho.

O artigo 402 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, considera menor, para efeitos desta lei, todo trabalhador com idade de 12 a 18 anos, sendo que ao menor de dezoito anos é vedados o trabalho noturno compreendido entre vinte e duas (22) e cinco (5) horas.

1.4.1 Da aprendizagem

O aprendiz é o empregado com idade entre 14 e 18 anos sujeito à formação profissional metódica do ofício ou ocupação, matriculado em curso mantido ou reconhecido pelo SENAI, SENAC, SENAT E SENAR (art. 2º do Decreto nº 31.546, de 06/10/52 c/c art. 80, parágrafo único, da CLT).

1.4.2 Dos requisitos do Aprendizado

- idade mínima de 14 anos;

- ter concluído o curso fundamental ou possuir os conhecimentos mínimos essenciais à preparação profissional;
- ter aptidão física e mental, verificada por processo de seleção profissional, para a atividade que pretenda exercer.

1.4.3 Dos direitos trabalhistas

O adolescente aprendiz não poderá receber salário inferior a meio salário mínimo na primeira metade da duração do aprendizado. Na segunda metade deverá receber pelo menos dois terços do salário mínimo (art. 80 da CLT), podendo, no entanto, ser descontado de seu salário a abstenção aos seus trabalhos escolares do curso de aprendizagem, sem justificação aceitável, conforme CLT.

A jornada diária do aprendiz não poderá extrapolar a quatro horas diárias, no curso de aprendizagem, ou seja, o aprendiz não trabalha na empresa (art.432 da CLT), exceto se a aprendizagem for desenvolvida no próprio emprego.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, em seu artigo 67, que ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado os trabalhos perigosos, insalubres ou penosos, e o realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.

O jurista brasileiro que estudou o tema com maior profundidade foi Oris de Oliveira, motivo pelo qual transcrevemos algumas das suas opiniões.

A constituição fixou a idade mínima de quatorze anos para a admissão ao trabalho comum; abaixo desta idade a admissão só pode ser feita desde que a pessoa menor de idade o realize na “condição de aprendiz”, em outras palavras, dentro de um processo de aprendizagem. (Oliveira, apud Russomano), (2000).

O estatuto da criança e do adolescente, na medida em que assegura ao adolescente até quatorze anos uma bolsa de aprendizagem, fixa implicitamente a idade mínima de doze anos para admissão na condição de aprendiz e explicitamente só permite que dentro da faixa etária

compreendida entre 12 e 14 anos, o adolescente só trabalhe como aprendiz-estagiário (in: Estágio Profissionalizante - Bolsa de Aprendizagem, revista Ltr, março/95, p. 323).

É mister citar, portanto, que além da legislação de proteção à infância e juventude, existem também os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares como órgãos fiscalizadores das leis.

O trabalho de crianças e adolescentes tem sido objeto de estudos que tratam do tema com enfoques teóricos distintos, os quais têm suscitado indagações em função das conseqüências que o trabalho acarreta no desenvolvimento psicológico e intelectual e na escolarização de crianças e adolescentes. Alguns estudos, dentre os quais os de Alvim e Valadares, 1988; Gomes, 1998; Passetti, 1991, discutiram e analisaram a legislação acerca do trabalho na infância e na adolescência até sua regulamentação atual com a criação do ECA (Estatuto da Criança e Adolescente).

O ECA, lei federal de 13 de julho de 1990, criou condições para assegurar à criança e ao adolescente o cumprimento dos direitos presentes na Constituição de 1988, procurando defendê-los da exploração nas relações de trabalho. Para isso, entre outras medidas, o ECA estabeleceu distinção entre faixas etárias, levando em conta as diferentes fases de desenvolvimento. Considera criança quem tem até 12 anos incompletos e adolescentes, aqueles entre 12 e 18 anos. De acordo com o ECA, crianças e adolescentes são cidadãos e sujeitos de direito em fase de desenvolvimento e, por isso, não têm condições de fazer valer plenamente seus direitos ou a própria sobrevivência, necessitando da proteção da família e do Estado.

Essa proteção, que inclui a regulamentação da entrada no mercado de trabalho a partir de 16 anos, baseia-se:

Num conjunto de regras e no estabelecimento de condições em que adolescentes podem trabalhar, tais como idade, horário de trabalho condizente com a possibilidade de freqüência à escola, assim como proibições quanto a trabalhos considerados insalubres e ao horário noturno, ambos tidos como prejudiciais ao crescimento e à saúde deste trabalhador (Alvim, 2001, p.216).

Ao lado das medidas que regulamentam a inclusão de crianças e adolescentes no mercado de trabalho é importante considerar as condições sociais e econômicas em que vivem as famílias, tal como é apontado em pesquisa realizada pela fundação SEADE, que ressalta a necessidade de compreender melhores as condições efetivas em que vivem as famílias, estâncias em que especialmente se concretiza o exercício de direitos da população com menos de 18 anos (SEADE, 1993, p.3).

Nesse sentido, alguns estudos mostram como o trabalho de crianças e adolescentes é importante para ampliar os rendimentos dos pais e para assegurar a sobrevivência da família (Bilac, 1978; Fausto Neto 1982; Machado Neto, 1979 e 1980), bem como para impedir, que os filhos fiquem ociosos “na rua” e para evitar seu envolvimento com o mundo da marginalidade, que envolve a possibilidade de consumo e de tráfico de drogas (Alves Mazzotti, 2002; Alvim, 2001; Dauster, 1992). Por outro lado, o trabalho pode propiciar o amadurecimento psicológico e intelectual dos adolescentes (Mauro, 1995) e atuar como forma de socialização, que pode complementar a ação da escola (Dauster, 1992; Spósito, 1994). Além disso, a condição de produtor de rendimentos não resulta apenas da situação de pobreza, mas a busca por emprego está associada ao desejo de conquista de autonomia e de liberdade e também de consumo de bens que os pais não podem proporcionar (Cervini & Burger, 1991, Dauster, 1992, Madeira & Bercovich, 1992).

2 O TRABALHO DO ADOLESCENTE NA EMPRESA (ECT/ PROGRAMA – CORREIOS EDUCANDO PARA O FUTURO – PROJETO ADOLESCENTE)

2.1 A inserção do adolescente no mundo do trabalho

Nossa pesquisa teve como cenário a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Diretoria Regional – RS, na sede central administrativa, em Porto Alegre, especificamente na Seção de Serviço Social e Benefícios.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos foi criada em 20 de março de 1969, através do Decreto-lei nº 509. A ECT é uma das empresas públicas, vinculada ao Ministério das Comunicações, com sede em Brasília - Distrito Federal.

Antes da criação da ECT, o serviço postal era assegurado pelo Departamento de Correios e Telégrafos, que não dispunha de recursos materiais e humanos para suprir as novas necessidades do público usuário. O surgimento da ECT marcou uma tomada de consciência por parte dos poderes públicos sobre a importância das comunicações dentro do contexto de desenvolvimento do país. A ECT está presente em todos os municípios brasileiros, sendo, muitas vezes, o único ponto de representação governamental em certas localidades.

A ECT tem como missão:

Prestar serviços de correios convencionais avançados, transporte de encomendas e atendimentos especiais, de forma empresarial com competitividade e lucratividade, de acordo com a qualidade exigida pelos diversos segmentos de mercado bem como atrair, desenvolver e motivar pessoas para garantir a excelência desses serviços (ASCOM/DR-RS, 1995).

A ECT está presente em todo o território brasileiro, contando com 23 Diretorias Regionais e Administração Central, em Brasília. Conta com 10.5 mil agências, uma frota de

mais de nove mil veículos e 37 aviões de portes variados, que atravessam o Brasil de ponta a ponta todas os dias, para a entrega de um volume diário de 24.9 milhões de objetos. Além de receber e despachar correspondências, os Correios contribuem na promoção de serviços de apoio à população, tais como recebimento de contas, compras de títulos de capitalização, o Kit Segurado, possibilita às pessoas efetuar solicitações de aposentadoria, etc.

Os Correios têm também uma forte presença no cenário econômico do país. É a maior empregadora em regime de CLT do Brasil. Além dos seus 82.500 empregados, a empresa conta com cerca de 21 mil colaboradores (trabalhadores) que prestam serviços indiretos. Quando se considera que a família brasileira é formada, em média, por quatro pessoas, pode-se concluir que em cada grupo de 500 brasileiros, pelo menos um depende direta ou indiretamente da folha de pagamento da ECT.

Programa - Correios Educação para o Futuro – Projeto Adolescente

As três últimas décadas foram marcadas por grandes transformações políticas e sociais em nossa sociedade, que vêm intensificando o processo de deteriorização das condições de vida da classe trabalhadora, contribuindo para uma maior concentração de renda e para o agravamento da exclusão social, características presentes no modelo econômico do País. O setor industrial sempre utilizou a mão-de-obra de crianças e adolescentes como forma de baratear os custos da produção, sem nenhuma preocupação com as conseqüências para o desenvolvimento biopsicossocial desta parcela da sociedade, espoliada dos seus direitos sociais.

O ingresso de crianças e adolescentes no trabalho está relacionado com o nível socioeconômico das famílias e suas formas de inserção no mercado de trabalho. Para as famílias brasileiras, cuja renda familiar é insuficiente para a sua manutenção básica, a inserção dos filhos no trabalho é uma forma de aumentar a renda familiar e, às vezes, transforma-se na principal fonte financeira da família, devido ao desemprego ou subemprego dos pais. O grau de informalidade, ou seja, a desregulamentação e a flexibilização dos modos de produção presentes na relação capital/trabalho, no cenário, contribui, como um dos elementos facilitadores para a entrada desse contingente no mercado de trabalho.

Concluindo, podemos dizer que, quanto à inserção do adolescente no mercado de trabalho, trata-se de uma questão historicamente presente no desenvolvimento das forças produtivas na sociedade capitalista, o que, de certa forma, vem contribuindo para promover a iniciação do adolescente nesse mercado competitivo. Como já existe, em algumas organizações, projetos voltados a jovens, decidimos por realizar a pesquisa junto à ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), mais especificamente, junto ao programa denominado *Correios Educando para o Futuro – Projeto Adolescente*, pela razão de ter participado do mesmo.

2.2 Dados do projeto

Município

Porto Alegre -RS

Identificação

Nome do Projeto: Projeto Adolescente - DR/RS – *Programa Correios Educação para o Futuro*.

Data de início do Projeto

Dezembro de 1995. Fundamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA através de convênios com Instituições de Assistência e Apoio.

Dados dos responsáveis pelo projeto

Nomes:

1 Pedagogo

1 Assistente Social

Público alvo

Adolescentes de 16 a 17 anos e dez meses, com renda familiar de até 3 salários mínimos, que estejam freqüentando regularmente o ensino fundamental a partir de 5ª série.

Origem do Projeto

Diante dos contextos mundiais, em que milhões de crianças e adolescentes vivem em circunstâncias difíceis, em decorrência de fatores culturais, psicológicos, sociológicos e econômicos adversos e, diante do fato de no Brasil existirem esforços na direção de combate a este problema e, considerando ainda a função social da ECT, junto à comunidade brasileira, o presente Programa – Correios Educação para o Futuro, representa, através do Projeto Adolescente, mais uma contribuição concreta da Empresa Brasileira de Correios e telégrafos,

para efetivação desta Política Social implementada pelo Governo Federal (Manual de Pessoal – Módulo 41 – MANPES/ECT).

Ações realizadas

- Entrevistas sócio-econômicas e processo de seleção;
- Treinamento introdutório para adolescentes contratados;
- Avaliação das Instituições para convênio;
- Acompanhamento individual e grupal;
- Abordagens voltadas às relações familiares do adolescente e no ambiente de trabalho;
- Reuniões sócio-educativas;
- Orientação educacional/vocacional e aulas de reforço escolar;
- Atividades de esporte, lazer e cultura;
- Palestras e cursos educativos e preventivos sobre temas atuais e que contribuam para o desenvolvimento do adolescente;
- Grupos de orientação e desenvolvimento: Curso de Atendimento Nota 10 (para todos os adolescentes que participam do Projeto); Grupo Ponto de Vista (para adolescentes que apresentam baixo rendimento escolar ou reprovação); Grupo Pensando o Futuro (para adolescentes que estão em fase de desligamento do Projeto por idade limite , 17 anos e dez meses).
- Entrevistas de apresentação e desligamento para avaliação da participação do adolescente;
- Cursos de treinamento para Orientadores (empregados da empresa responsáveis pelo acompanhamento diário do adolescente na área ou Unidade onde o mesmo permanece).

Parceiros envolvidos no Projeto

- Instituições de assistência e apoio conveniadas com a Empresa para esta finalidade;
- Fundação Pão dos Pobres de Santo Antônio;
- Aldeias SOS;
- Grupo Espírita Cabana da Paz;
- Órgãos diversos da Comunidade.

Resultados alcançados

Socialização e melhora no convívio pessoal e familiar;

Ambientação sócio-educativa;

Permanência na escola e melhora do rendimento escolar;

Motivação e auto-estima pessoal com mudança de hábitos e novas perspectivas de ascensão profissional e de futuro;

Aproveitamento da experiência profissional como referência e integração ao mundo do trabalho.

Experiência comprovada com registro em CTPS do adolescente.

Outros dados relevantes

Nº de adolescentes: 170 em Porto Alegre/RS

Nº de adolescentes: 622 no Rio Grande do Sul

Equipe sócio-educativa e coordenação:

1 Pedagogo

1 Assistente Social

2 Estagiárias de S. Social

2 Estagiárias de pedagogia

1 Estagiário de psicologia.

Objetivo do projeto

“Promover o desenvolvimento pessoal e profissional do adolescente carente, na condição de adolescente aprendiz, através da implementação de ações que assegurem a aquisição de hábitos, experiências e atividades indispensáveis ao ajustamento no trabalho produtivo e na convivência social”.

Conforme O Módulo 41, (Instrumento interno da Empresa) encaminhado de Brasília (Sede Central) a Porto Alegre, foi elaborado o projeto regional pelo chefe da Seção de Treinamento (Pedagogo) em conjunto com uma Instrutora e duas Assistentes Sociais. Em todas as etapas de preparação houve acompanhamento de técnicos do Conselho Tutelar. O instrumento normativo foi concluído em 1994 e, após ser aprovado, começou a ser colocado em prática em 1995, tendo finalizado em dezembro de 2002.

O projeto passou por um processo de sensibilização junto ao diretor regional, assessores e corpo gerencial. Após foi efetuado treinamento com todo o pessoal envolvido direta e indiretamente.

Os adolescentes selecionados passavam por um treinamento introdutório de aproximadamente 20 horas-aula. Este se constituía de:

Módulo Básico sobre a ECT – histórico, estrutura e organização da ECT, Administração Central, Administração Regional, Diretoria do Rio Grande do Sul, Comunicação na empresa, produtos e serviços, legislação básica.

Módulo sobre direitos, deveres e benefícios – idade para ingresso, idade para desligamento, permanência no projeto, remuneração, férias, vale-transporte, cesta básica, assistência médico-odontológica, acompanhamento social, educativo, cultural e esportivo;

Módulo educativo/preventivo – orientações gerais sobre higiene e segurança no trabalho, e noções de cidadania e de convivência comunitária.

Passado esse período de treinamento, os adolescentes eram liberados para suas lotações pré-determinadas, geralmente próximos ao local onde residiam. Lá eram recebidos pelo orientador (empregado da empresa designado para orientar o adolescente e acompanhá-lo durante todo o período de sua permanência na organização) .

Cabe ressaltar que esse empregado, cuja função era ser Orientador dos adolescentes, era escolhido pela chefia imediata da unidade e posteriormente recebia treinamento pela equipe técnica do projeto que se constituía de noções básicas do Módulo 41 (instrumento normativo da empresa o qual fornecia todos os passos legais aplicáveis aos adolescentes cujo pilar máximo era o ECA): perfil do adolescente, tarefas a serem cumpridas, como receber os adolescentes aprendizes, acompanhamento funcional, a importância do orientador como figura de identificação para os adolescentes, etc..

Durante a permanência no Programa, os adolescentes foram constantemente acompanhados pelo serviço social que fazia visitas aos locais de trabalho objetivando verificar a integração dos mesmos, bem como o cumprimento das normas de proteção dos jovens.

Fazia parte das normas internas reuniões mensais com os adolescentes e equipe técnica. Nestas reuniões eram realizados oficinas com assuntos de interesse comum das pessoas das áreas correspondentes: serviço social, psicologia, nutrição, medicina. Geralmente

as oficinas eram conduzidas por toda equipe técnica, porém, em alguns casos foram convidadas pessoas de fora da instituição.

Quando necessário, os adolescentes tinham apoio técnico como auxílio em suas dificuldades particulares. Contavam com atendimento médico ambulatorial, aulas de reforço escolar, atendimento psicoterápico, intervenções do serviço social em dificuldades familiares ou junto à comunidade.

Outro ponto importante a ser mencionado era o incentivo ao esporte, cultura e lazer.

Existiu uma organização entre os adolescentes que resultou na formação de uma equipe de futebol, um conjunto de Pagode e grupo de teatro.

Além deste aporte para os adolescentes, eram realizadas reuniões e palestras com os orientadores e com os pais, para que se pudesse manter vínculo e instrumentalizá-los, bem como apoiá-los, de maneira que pudessem lidar melhor com os adolescentes, tirando dúvidas e trabalhando as dificuldades, para que se sentissem mais envolvidos com o processo. O que se visava com as ações e atividades planejadas e organizadas pedagogicamente, era a atenção integral ao adolescente e ao jovem sob a ótica dos direitos de cidadania.

A sistematização permite maior interação da relação teoria e prática; re-leitura das ações; melhor aproximação com as famílias, com a rede social de atendimento e com os atores do Sistema de Garantia de Direitos; estabelecimento de ações sistemáticas para a troca de experiência entre pares da rede social das políticas públicas e dos parceiros do projeto; avaliação dos princípios, das estratégias, das metodologias orientadoras do *que se faz, porque se faz, para que se faz e com quem se faz*. E, finalmente, possibilita verificar se as práticas desenvolvidas possibilitam aos adolescentes e jovens superar as condições nas quais se encontram, vislumbrar novas possibilidades, vencer o que a sociedade e a cultura parece ter colocado como seu destino.

Atividades realizadas pelos adolescentes

Atividades administrativas de apoio, realizadas nas reop's (regiões operacionais), que consistiu em digitação, arquivamento, protocolo, conferência e encaminhamento de

documentos internos, atendimento telefônico, emissão de fotocópias, e outras atividades auxiliares.

Atividades operacionais internas foram realizadas em agências, e visou o atendimento ao público, apoio à triagem de correspondência, auxílio aos serviços do INSS, carimbação, envelopamento de telegramas, auxílio na transmissão e recepção de telegramas e outras atividades operacionais (Módulo 41).

Cabe salientar que estas atividades foram desenvolvidas numa jornada compatível de 4 horas diárias e os direitos e integridade física e mental do adolescente preservadas, pois estes jovens participaram de um projeto cujo objetivo foi de aprendizagem e não de mão-de-obra barata. Portanto, essas condições sofreram intensa fiscalização para que não houvesse abuso e exploração.

Nas perguntas efetuadas no questionário, todos os jovens mencionaram satisfação em ter participado do processo, ou seja, sentiram-se incluídos e participativos, não mencionando em nenhum momento desconforto com as atividades.

Acompanhamento

Uma vez detectado algum caso de dificuldades de adaptação no ambiente de trabalho ou comunidade (escola por exemplo), familiar, foi oferecido acompanhamento. O orientador realizava a primeira abordagem. Não obtendo sucesso, contatava com a equipe técnica, que imediatamente contatava com o jovem e iniciava um processo de acompanhamento multidisciplinar, objetivando estabelecer uma relação de ajuda. Em alguns casos, que exigiram o trabalho de um técnico específico, foi feito encaminhamento para atendimento na comunidade.

Nas dificuldades escolares, o adolescente tinha direito a reforço escolar durante o horário da jornada de trabalho. Ficou constatado que estes reforços foram ministrados por professores voluntários pertencentes a quadro de empregados da Empresa.

2.3 Pesquisa Metodológica

Ao estudar processos de qualquer natureza, percebe-se que a leitura da dinâmica desse processo deve acompanhar esse movimento. Os fenômenos verificados no âmbito da vida humana individual dos adolescentes não fornecem uma verdade absoluta que seja universal. O processo apresenta fenômenos de acordo com o contexto social envolvido. Nesse movimento acompanhado de muitas incertezas optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa, sem desconsiderar a relação com os dados quantitativos, numa perspectiva analítico-crítica.

Os sujeitos da pesquisa constituíram-se nos adolescentes atendidos pelo projeto de “preparação para o mercado de trabalho” da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos _ ECT. A escolha do público adolescente, como sujeitos pesquisados, teve o objetivo de subsidiar a análise e reflexão da temática do trabalho dos jovens oriundos das classes populares, em relação ao primeiro emprego.

Foram investigados 5 adolescentes que pertenceram ao programa. O critério de escolha seguiu o princípio dos mais disponíveis e mais próximos de Porto Alegre em relação ao local de trabalho, pois nos vários contatos encontraram-se dificuldades quanto ao tempo disponível dos mesmos. Mas não foi difícil fazer o convite a eles, pois assim que se explicou o motivo da pesquisa, todos demonstraram interesse em participar. As entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho, no horário de intervalo dos mesmos.

Os processos de investigação com os adolescentes ocorreram através de entrevistas individuais orientadas por um roteiro por mim elaborado e avaliado pelo orientador acadêmico do curso de MPE da EST. O roteiro foi elaborado através de 5 perguntas de forma que eles pudessem responder sem nenhum tipo de indução.

O roteiro, contendo questões abertas, possibilitou a revelação de sentimentos que, ao responder, os adolescentes deixaram transparecer suas emoções.

As entrevistas duraram, em média, trinta minutos. Procuramos registrar, na íntegra, as características originais da linguagem dos entrevistados. O material das entrevistas encontra-se disponível para quem quiser conferir em arquivo desse mestrando.

2.4 Análise e interpretação dos dados da pesquisa

A análise e interpretação dos dados tiveram como base as questões norteadoras da pesquisa que foram se delineando quanto à participação no projeto (censo de responsabilidade): que acontecimentos foram significativos (expectativa quanto ao ambiente de trabalho); participação nas atividades sócio-educativas (socialização, participação na comunidade); aprendizado de tarefas (desempenho nas atividades); mudanças após ingresso no projeto?”.

1. O significado do trabalho juvenil

Ao elaborar o roteiro da entrevista para os adolescentes, tive a preocupação de saber qual foi o significado do trabalho. Várias foram às respostas para a pergunta: Quais os motivos que o levaram a participar do Projeto.

“Na época trabalhava fazendo bicos, cortando grama das casas eu e um amigo, quando surgiu a oportunidade nos apresentamos, pois queríamos ter carteira assinada, salário fixo para poder ajudar em casa” (fala de adolescente).

“Para ter meu próprio salário, ser independente, ajudar em casa” (fala de adolescente).

“Aprendizado e desafios, ter experiência profissional” (fala de adolescente).

“Era muito ruim ficar em casa sem fazer nada” (fala de adolescente).

“Meu padrasto me mandava sair para rua procurar emprego” (fala de adolescente).

“Sempre quis ter meu próprio dinheirinho” (fala de adolescente).

“Foi cansativo iniciar a trabalhar, mas foi melhor que virar marginal” (fala de adolescente).

“Eu preferi dar duro trabalhando a viver se drogando ou roubando como muitos adolescentes que conheci na época” (fala de adolescente).

Conforme artigo Simpósio Internacional do Adolescente 2005 (p. 6): o desempenho de uma atividade remunerada pode ser apontado como um marco na biografia dos sujeitos, pois estabelece ruptura com a fase anterior ao ingresso no mercado de trabalho e estabelece o início de nova etapa da vida. Essa mudança na biografia implica em transformações na identidade pessoal de cada adolescente, pois autonomia e independência financeira, atributos positivos conquistados pelo fato de ser trabalhador, são incorporações a essa identidade.

Não obstante, se o trabalho de crianças e adolescentes é, em certos casos, necessário para a sobrevivência de famílias das classes populares – mesmo quando resulta de outras motivações – não pode ser dissociado das conseqüências negativas que acarreta (Alvim, 2001; Gomes, 1998; Machado Neto, 1979; SEADE, 1993).

Nesse sentido, alguns estudos mostram como o trabalho de crianças e adolescentes é importante para ampliar os rendimentos dos pais e para assegurar a sobrevivência da família (Bilac, 1978; Fausti Neto 1982; Machado Neto, 1979 e 1980) bem como para impedir que os filhos fiquem ociosos “na rua” e para evitar seu envolvimento com o mundo da marginalidade, que envolve a possibilidade de consumo e de tráfico de drogas (Alves Mazzoti, 2002; Alvim, 2001; Dauster, 1992).

A importância do rendimento do trabalho dos filhos para assegurar o consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência e reprodução do grupo doméstico foi documentada em estudos sobre as classes populares (Bilac, 1978; Fausto Neto, 1982; Macedo, 1979; Machado Neto, 1979 e 1980). Esses estudos também apontam a importância que as famílias das classes populares atribuem à escolarização dos filhos, a qual resulta da representação que os filhos fazem da escola e do mercado de trabalho. Isto é, a possibilidade de se conseguir emprego e melhores colocações no interior das empresas estão associadas, nas representações da família, ao acesso ao ensino público – fundamental e médio- o que é considerado pelos integrantes da unidade doméstica como direito social que o estado tem obrigação de garantir a todo cidadão.

2. Acontecimentos significativos

Durante o tempo de permanência no projeto, que acontecimentos foram significativos para você?

Os seguintes depoimentos foram coletados nas pesquisas com os adolescentes.

“Aprendi a lidar com o público, ter agilidade, ter responsabilidade. Levantar cedo, não era muito chegado a horários, compromissos, isso era coisa muito estranha para mim. Com o convívio com outros adolescentes, chefia, orientadores, observei que no mundo existem regras”.

“Amadurecimento. Lidar com o público, agilidade e responsabilidade”.

“As reuniões com os adolescentes, pois ai era discutido vários assuntos importantes”.

“No Pão dos Pobres sempre era falado sobre os cuidados que se tinha que ter com o salário. Preocupavam-se com o convívio familiar. Sempre existia a pergunta: Como está a situação em casa?”.

“O trabalho em grupo, o coleguismo foram ótimos para o meu convívio no dia-a-dia.”

“Conheci duas pessoas que foram muito importantes na minha vida, pois estavam sempre preocupadas comigo, me acompanhavam, me ensinaram muitas coisas, jamais vou esquecê-las”.

“O Projeto me ajudou em muitas coisas, ser uma pessoa responsável e pontual, também me ajudou a ser menos tímido. No Projeto conheci muitos amigos legais e outras pessoas (orientadores, pedagogo, psicóloga, assistente social)”.

“Gostei de trabalhar no balcão de informações, porque eu me senti super à vontade, sem problemas nenhum de responder o que as pessoas me perguntavam”.

“Quando tinha problemas pessoais, sempre existia uma ‘mão amiga’ para me amparar e aconselhar. Me senti muito feliz por ter participado do projeto”.

Para Blos (1962), conforme citado por Coleman, (1979), os adolescentes precisam viver experiências com iguais e, por isso, o grupo de pares pode suprir necessidades afetivas e

de apoio. Nesses grupos, que são criados no bairro, na escola, no trabalho, em clubes, o adolescente pode experimentar emoções, além de estimulação, empatia, sensação de pertencimento, identificação, que são essenciais para seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, convivendo com pares, o adolescente adquire conhecimentos que nem sempre a família pode proporcionar e que se refere a novas formas de vivências dessa fase, sobretudo aquelas relacionadas à sexualidade (p. 5). Vale conferir também o artigo de Rosemeire Maria Guimarães e Geraldo Romanelli – *A inserção de adolescente no mercado de trabalho através de uma ONG*.

3. Participação nas atividades sócio-educativas

A pergunta foi: Como você classificaria sua participação nas atividades sócio-educativas?

Depoimentos dos adolescentes:

“Foram boas, aprendi muita coisa sobre comportamento”.

“Foi muito importante, pois as confraternizações de final-de-ano, em julho, festa junina ocorridas na sede campestre deixaram marcas em todos nós. Os trabalhos de grupo revelaram muitos talentos, (grupo de pagode, teatro, equipe de futebol)”.

“Integração com o grupo, colegas de trabalho, chefias. Com isso melhorou até meu relacionamento em casa”.

“Me tornei mais desinibido, integração com todos, aprendi o respeito às individualidades, me senti motivado para continuar nos estudos, me senti responsável por mim mesma, aprendi sobre os efeitos que as drogas causam nos seres humanos. Aprendi a valorizar a família, ser responsável”.

Por este motivo, o grupo é um elemento importante para a maturação do adolescente, como refere Knobel (1984), as atuações do grupo e dos seus integrantes representam uma maneira ativa de determinar uma identidade, pois o adolescente encontra um reforço necessário para os aspectos mutáveis do ego que se produzem neste período da vida.

Xavier (1973) faz referência à importância de se manter e incentivar grupos informais, uma vez que envolve sentimentos de pertença e aceitação; a pessoa sente-se membro de um grupo e integra-se melhor.

Adamo et all (1987) também considera que atividades recreativas como lazer, esporte, artes, são momentos importantes de aprendizagem, pois é onde surge a criatividade, a inter-relação humana, os sentimentos, o raciocínio e o processo educativo flui através da própria vivência.

O aprendizado se dá, como resultado de certos eventos que tem lugar no meio ambiente dos indivíduos. Este aprendizado é espontâneo e incontrolado, a não ser que sejam programados na direção de determinados objetivos (Xavier, 1973, p.127).

Os que observamos com as colocações acima, fazem referência às ações desenvolvidas pelo projeto ou seja, nas reuniões mensais com os adolescentes, era feito um levantamento de interesses. Os assuntos sugeridos eram vistos pelos técnicos que se reuniam e programavam palestras, trabalhos participativos, filmes ou convidados.

Geralmente os assuntos mais pedidos eram referentes a problemas da idade, como sexo, AIDS, drogas, escolha profissional.

Esses trabalhos preventivos costumavam ser feitos no próprio horário das reuniões, quando possível, pois era um dia em que os adolescentes já estavam reunidos no prédio central da empresa ao invés das suas lotações e o mesmo trabalho era feito em dois turnos para que todos pudessem ter acesso sem ter que faltar ao colégio.

Estas palestras foram significativas na medida em que a passagem de informações básicas tiveram como objetivo principal a preservação dos adolescentes na sua vida pessoal e social, onde podiam tirar dúvidas e fazer reflexões.

4. Aprendizado de tarefas

A pergunta foi: Qual sua opinião sobre o aprendizado de tarefas na Empresa que facilitou seu ingresso no mercado de trabalho?

Respostas:

Graças às tarefas aprendidas no correio, hoje estou trabalhando numa ACF (Agência de Correios Franqueada). Na época do meu desligamento, fui encaminhado para este trabalho, iniciei como auxiliar de serviços gerais. Atualmente estou como motorista da agência. Cargo que muito me traz alegria. Estou casado e minha esposa está quase ganhando o neném.

Muito boa, pois me possibilitou ingresso no supermercado Zafari.

No correio aprendi a triagem de correspondência por CEP. Quando terminou meu tempo no projeto, fui encaminhado para ACF (Agência de Correios Franqueada) para exercer a mesma atividade. Com essa prática fiquei 7 anos no mesmo local de trabalho.

Aprendi a lidar com o público, como tratar as pessoas mais velhas. Aprendi muitas coisas.

Gostei muito dos trabalhos. Aprendi muitas coisas. O local era muito legal de trabalhar, era descontraído. Quando estava na agência eu realmente esquecia meus problemas e isso foi muito bom.

Trabalhei no balcão de informações. Hoje estou trabalhando em loja quase na mesma função. Devo essa situação ao aprendizado no Projeto e o curso que fiz no final do meu tempo de permanência na Empresa.

Segundo Adamo et all (1987), o adolescente experimenta um processo de constantes aprendizagens, redescobrimdo o mundo de maneira mais amplas e crítica, vendo estruturas paradoxais e coexistência de valores antagônicos, acumulando experiências num processo de avanços e recuos.

Todos os ambientes físicos, externos ao indivíduo, provocam determinadas experiências ao individuo que vão ter relevância na formação e estruturação da personalidade. Produz estímulos sobre os indivíduos, provocando reações diversificadas, fator contributivo para a diversidade individual (Xavier, 1973, p.48).

5. Mudança após ingresso no projeto

Pergunta: Que mudanças ocorreram em sua vida depois de ingressar no Projeto?

Depoimentos colocados pelos adolescentes:

Foi meu cartão de visita, abriu várias portas, minha avó abriu crediário, pude comprar roupas, tênis, minha auto-estima se elevou, todos nos olhavam diferente. A cesta básica que ganhava, muito serviu para sustentar nossa casa. No dia da despedida, término do meu contrato, o pessoal do setor organizou um café colonial de despedida. Isso eu nunca vou esquecer.

Responsabilidade, pois todo dia tinha que levantar cedo. Não podia faltar, não queria ser descontado nada do salário, faria falta para a família.

Passei a entender e compreender a função de cada um. O dinheirinho recebido ajudava em muito lá em casa.

Compromisso, responsabilidade com os objetos que passavam em minhas mãos. A cesta básica foi importante para o sustento da família.

Fiquei independente, fiz compras, botei tudo dentro de casa: comprei TV, vídeo k-7. Adquiri uma geladeira para minha mãe, roupeiro, cama. Com a renda, aos pouquinhos ia comprando tudo, pois minha família não tinha nada.

Abriu várias portas, tinha carteira assinada. A cesta básica ajudava um monte na minha casa. Pude fazer crediário em nome de amigos. Adquiri responsabilidade, pois todo o dia era cobrado sobre minhas atitudes. Se hoje sou responsável é fruto desse início.

Neste sentido é que se dá a importância da ocupação, pois, segundo Xavier (1973), o homem é dirigido por suas necessidades e a idade é uma variável importante para o indivíduo. E, para Super e Junior (1975), a Psicologia ocupacional tem muito a contribuir, uma vez que ajuda o homem a ocupar um lugar adequado na sociedade, a identificar-se consigo mesmo

enquanto está trabalhando e a suprir as suas próprias necessidades, através do exercício de uma profissão.

É somente em termos de processo de ajustamento que a educação no período da adolescência suscita a dinâmica adaptativa e expressiva da auto-realização (Perron e Marocco, 1987, p. 41).

Para eles, a auto-realização é a operacionalização das potencialidades, representada por um *continuum*, que em um pólo situa-se a capacidade do indivíduo de assimilar a realidade que o cerca e do outro, a disposição da pessoa para intervir em seu meio ambiente.

Super e Junior (1975) dizem que um indivíduo está mais satisfeito com aquilo que faz quando as exigências da sua posição estão aproximadamente de acordo com seu nível de aptidão e quando sente que o trabalho lhe oferece oportunidade de utilizar e expressar seu talento.

Essa socialização para assumir tarefas domésticas e/ou remuneradas está diretamente associada às condições financeiras das famílias. Com rendimentos escassos, uma possibilidade de ampliá-las e de melhorar o consumo depende de os membros da família poderem contribuir para o orçamento doméstico. Nesse sentido, os rendimentos obtidos pelos filhos são fundamentais para assegurar o consumo da família, conforme várias pesquisas já documentaram (Bilac, 1978; Fausto Neto, 1982; Machado Neto, 1979, 1980).

Com o ingresso no mercado de trabalho formal, os filhos passam a ter uma nova condição dentro da família, já que em vez de apenas consumidores passam a ser produtor de rendimentos, agregando a identidade social de trabalho a suas outras identidades. Com isso, passam a desfrutar de maior autonomia em relação aos pais, com possibilidade de negociação e até de contestação das orientações e dos limites impostos pelos genitores. Além disso, o trabalho, principalmente o remunerado, contribui decisivamente para o processo de amadurecimento psicológico e social dos filhos do sexo masculino (Romanelli, 1997).

Ao ingressar no mercado de trabalho, além de independência financeira os adolescentes buscam a possibilidade de consumirem bens aos quais provavelmente não teriam acesso caso não dispusessem de recursos financeiros próprios. Alguns desses bens constituem “símbolos da juventude” (SEADE, 1998) e abrangem itens de vestuário e de lazer, tendo

elevado valor simbólico para os adolescentes. Cabe lembrar que a formação/invenção de uma "cultura jovem" foi impulsionada pelo consumo (Segalen, 1999), o que Adamo (1987) critica, mostrando a influência negativa que os meios de comunicação exercem sobre os adolescentes, procurando transformá-los unicamente em consumidores.

Todos os ambientes físicos, externos ao indivíduo, provocam determinadas experiências ao indivíduo que vão ter relevância na formação e estruturação da personalidade. Produz estímulos sobre os indivíduos, provocando reações diversificadas, fator contributivo para a diversidade individual (Xavier, 1973, p.48).

Concomitante à preocupação em serem responsáveis no trabalho, os jovens revelaram que, trabalhar também significa a sobrevivência do ser humano, pois muitos necessitam trabalhar e contribuir com a renda familiar.

Como vimos, o trabalho é um vetor essencial de construção identitária e de socialização e a principal maneira de se obter recursos materiais e imateriais necessários à vida em sociedade.

2.4 Reflexão à luz dos resultados da pesquisa

Durante todo o processo da pesquisa, realizada com jovens oriundos do Programa Correios Educando para o Futuro - Projeto Adolescente, ressaltamos alguns pontos que consideramos importantes para conhecimento e reflexão.

A pesquisa, sem dúvida, possibilitou uma gama de conhecimentos e questionamentos muitas vezes difícil de ser processada. Isto porque, além da análise dos dados da pesquisa referente aos entrevistados, somam-se a esta os resultados dos apontamentos realizados em relação à observação no decorrer das entrevistas.

Destaco as seguintes afirmações: *“Os orientadores foram pessoas muito importantes no processo de ensino aprendido, uma vez que sempre estavam do lado do adolescente, procurando incentivá-los para um trabalho produtivo e, ao mesmo tempo passando noções de cidadania”*.

“Eu via meu orientador como um pai, ele sempre me defendia das brincadeiras dos outros colegas”.

“Eu quero continuar meus estudos para depois fazer concurso e entrar na empresa”.

“A melhor coisa que pôde acontecer na minha vida foi ter participado do projeto”.

“Esse Projeto deveria ser ativado novamente, pois muitos adolescentes poderiam se beneficiar”.

“Meu pai era pedreiro, no inverno a coisa ficava preta, quem segurava tudo era eu”.

“Quem esteve no Projeto, tenho certeza que nunca mais vai esquecer”.

“Durante minha permanência no Projeto não tinha tempo para ficar pensando besteira, pois era trabalho e escola, saia dum e ia para o outro, isso me ajudou, pois, hoje vejo outros amigos do bairro que se perderam, ou seja, estão em outras situações, isto é, envolvidos com drogas e prostituição. Alguns até já morreram”.

Muitos dos jovens se espelharam nas chefias imediatas. Nos encontros mensais, verbalizavam que gostariam de ser como aquela pessoa.

Citamos algumas falas que foram significativas, pois, era do conhecimento da equipe técnica que, segundo dados registrados, ocorreram certas situações não condizentes com os objetivos do programa, as quais foram corrigidas de imediato.

“Em alguns momentos me sentia explorado, pois me pediam para ficar além do meu horário”.

“Nos horários de lanche dez minutos que tínhamos direito, muitas vezes éramos cobrados para voltar antes”.

Outros dados que observamos os quais foram significativos para efetivação dessa pesquisa dizem respeito a depoimentos relacionados à preocupação que a equipe técnica tinha

quanto à inserção do adolescente no mercado de trabalho depois de cumprido seu tempo de permanência no Projeto. O que ficou registrado neste sentido, foi o acordo verbal efetuado pela coordenação do projeto e os proprietários de ACFs. (Agência de Correios Franqueada), ou seja, quando estes necessitavam de mão de obra conhecedora do assunto *correios*, imediatamente contatavam objetivando a contratação dos jovens. Em muitos casos, observamos que alguns destes encontram-se até os dias de hoje trabalhando nessas unidades.

Ainda em relação a rendimento escolar, todos os entrevistados concluíram o ensino fundamental. Dois dos entrevistados estão cursando o ensino superior: Administração de Empresa e Educação Física.

Não faltaram colocações relacionadas aos cuidados com a saúde dos adolescentes, pois, em alguns casos, em que se identificou uso de drogas, as pessoas implicadas foram encaminhadas para instituições especializadas para o trato, o que surtiu efeito positivo.

Um dos entrevistados deixou clara a importância dos momentos de descontração ocasionados pelo grupo de pagode que foi formado com os adolescentes do projeto. Estes se apresentavam em ocasiões especiais no auditório da Empresa. Destacou, também, o grupo de teatro. Nesse ele participou, o que lhe ajudou muito para tornar-se mais desinibido.

Um dos pontos relevantes mencionados por todos os entrevistados foi a atividade de integração, cujo calendário era de um encontro mensal com atividades lúdicas e dois encontros ao ar livre, um em julho, período de férias escolares e outro no final do ano, festividades natalinas. ‘Foram momentos inesquecíveis’ (fala dos adolescentes).

Outro aspecto que surgiu na pesquisa foi o medo do ócio. Os jovens relataram que mesmo se sentindo muitas vezes explorados pelo mercado de trabalho, ou seja, reclamavam do baixo salário, mesmo assim foi melhor estar trabalhando.

Além do sentimento de exploração e o medo da ociosidade, a questão da responsabilidade foi bastante significativa, sendo que os jovens a perceberam e valorizaram, como se vê no depoimento que segue:

“O trabalho não foi difícil, mas tivemos que ter muita responsabilidade, porque se errasse, todos levavam as culpas”.

“Tínhamos que ter compromisso com horários, com os colegas de setor, ser responsável pelos documentos que tínhamos que entregar em outros lugares”.

Consideramos importante apresentar pontos positivos e negativos que foram apontados pelos jovens durante as entrevistas:

Dos pontos Positivos:

- Aprendizado, relacionado a aprender a lidar com as pessoas, realizar as tarefas internas e externas dos órgãos públicos (correios). Lidar com o computador, atendimento ao público e telefônico;
- A carga horária (4h diária);
- Conhecer pessoas diferentes;
- Ver o mundo de forma real;
- Ter mais independência;
- Poder comprar as próprias “coisas”;
- Cesta básica.

Dos pontos negativos:

- Salário;
- Ter que realizar várias tarefas ao mesmo tempo;
- A instabilidade, ou seja, saber que vai ter que sair no prazo determinado;
- Problemas de relacionamento com algumas chefias;
- Trabalhar em algum setor complicado;
- Sentir-se vigiado;
- Ser repreendido na frente dos outros;
- Receber as culpas de tudo o que dá errado no setor;
- Ter que trabalhar doente;

Enfim, estas e outras falas expressas no decorrer da pesquisa, nos leva a crer que os adolescentes que passaram pelo projeto, hoje se sentem vitoriosos, mesmo tendo alguns enfrentado certas dificuldades de adaptação.

É decisivo conceber um tipo de educação profissional que habilite o trabalhador a criar condições de trabalho, em particular de estilo autônomo e associativo. Os pontos que não dotem os adolescentes com as capacidades de fazer agir e gerir não os ajudam plenamente (Demo, 1997).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o ECA ter regulamentado o trabalho infanto-juvenil; apesar da atuação de ONGs, do Ministério Público e de Conselhos Tutelares, dedicados a aplicar a legislação do ECA contra a exploração desse tipo de atividade, o ingresso precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, sobretudo no setor informal, continua na sociedade brasileira. Mesmo dispondo-se de instrumentos legais para controlar esse tipo de trabalho, são grandes as dificuldades para pôr em prática essas determinações (Alves – Mazzotti, 2002; Alvim, 2001).

As condições de pobreza de famílias das classes populares não justificam o trabalho antes dos 16 anos, a não ser nos casos previstos pela lei – como o de aprendiz – mas que são também bastante difíceis de serem controlados (Alvim, 2001). A raiz do problema não está no fato de as famílias, muitas vezes, estimularem – ou até exigirem – que seus filhos comecem a trabalhar abaixo da idade determinada pelo ECA. De fato, a questão fundamental não reside no plano micro-estrutural da vida doméstica, mas situa-se na esfera macro-estrutural da distribuição da renda, que coloca inúmeras famílias abaixo da linha de pobreza.

Para os jovens estudados, o trabalho pode ter sido o motivo de “amadurecimento precoce”, principalmente devido às responsabilidades da atividade laboral, da busca por independência, que também acarreta em suas decisões, e, sobretudo, pelo fato de se tornarem co-provedores das despesas familiares.

O trabalho precoce pode prejudicar a formação intelectual de crianças e adolescente, pois eles deixam de brincar, ir à escola e realizar atividades compatíveis com sua idade. Isso, sobremaneira, é prejudicial ao seu desenvolvimento psíquico, intelectual e afetivo, acarretando perda das etapas fundamentais da sua vida (Silva B. Trabalho Infantil; A triste

Realidade da Infância Perdida. Senado Federal, Brasília, DF, 1996), significando uma necessidade de se tornar adulto antes do tempo (Brasil. Ministério do Trabalho. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Trabalho Precoce: Saúde em Risco. Brasília; 2000).

Os ritos de passagem demarcam a separação de um indivíduo de um segmento da sociedade para sua agregação em outro. Os ritos constituem uma instância liminar entre esses dois segmentos e na fase de transição há poucos direcionamentos culturais que possam estabelecer identidades e orientar condutas. Desse modo, os indivíduos que se encontram nessa zona liminar, podem vivenciar certa invisibilidade social, pois, nesse momento, não possuem identidade que lhes proporcione um corpo socialmente visível (Van Gennep, 1978; Turner, 1967). É o que, em parte, ocorre com os adolescentes, os quais, embora se auto-identificando como trabalhadores, ainda não se sentem adultos, e tampouco são identificados como tais pelos pais e por outros adultos. Os projetos de futuro são organizados de modo nebuloso e vago e sua concretização é situada em um tempo distante. Isso se refere tanto à esfera profissional quanto à pessoal e afetiva. Novamente, a condição limítrofe na qual os adolescentes se encontram, entre o “moleque” e o “homem” está presente na construção de seus projetos. Expressam o desejo de desempenhar uma atividade que lhes ofereça maiores rendimentos a fim de que possam adquirir bens, dentre os quais moto ou carro constitui os itens mais desejados, e casar-se e constituir uma família, mas sua realização ainda é vista como algo distante.

As empresas brasileiras estão empregando mais jovens aprendizes com contratos formais de trabalho. O número de inserção de adolescentes no mercado, com carteira de trabalho assinada, aumentou de 29.605 em 2005, para 44.049, em 2006, de acordo com informações do Ministério do Trabalho e Emprego.

A Lei do Aprendiz, sancionada em 2000, obriga as empresas (exceto micro e pequenas) a contratar jovens na proporção de 5% a 15% do total de trabalhadores do estabelecimento.

Os jovens devem ter entre 14 e 24 anos, frequentar a escola, caso não tenham terminado o ensino fundamental, ou estar inscritos em programas desenvolvidos por instituições de aprendizagem. Os jovens aprendizes devem ter garantido seus direitos trabalhistas.

O presidente do Centro de Aprendizagem e Monitoramento Profissional, Flávio Canalli Ferreira, explicou, no entanto, que o contrato com os jovens é mais “suave” em termos trabalhistas:

“O Fundo de Garantia e o recolhimento do INSS são menores, para garantir às empresas vantagens na contratação do aprendiz”, disse Canalli nesta quarta-feira (21/2). O centro de Aprendizagem e Monitoramento Profissional capacita jovens no estado de São Paulo”.

“Com o programa, o jovem aprende um ofício e já pode se preparar trabalhando e ganhando, além de antecipar sua entrada no mercado de trabalho”, disse Ferreira; afirmou que seu centro de aprendizagem permitiu a inserção de 280 jovens no mercado de trabalho”.

“Nenhum desses jovens aprendizes é responsabilidade trabalhista da empresa em que trabalha. É nossa responsabilidade, o que é uma vantagem para as empresas que não formam nenhum passivo trabalhista”.

Oportunidade

Segundo Ferreira, os contratos são de um ano, prorrogáveis por mais 12 meses, mas as empresas acabam contratando os jovens de forma permanente. “Muitos jovens são maravilhosos, só não tinham oportunidade. O adolescente entra na empresa, se encaixa e, antes de terminar a renovação do contrato, a empresa o admite em caráter definitivo” destacou.

Para ele, o aumento do número de jovens contratados com carteira assinada se deve, entre outros fatores, à maior fiscalização das Delegacias Regionais de Trabalho.

De acordo com informações da assessoria de imprensa do Ministério do Trabalho e Emprego, o estado que mais contratou jovens aprendizes em 2006 foi Minas Gerais, com 5.712 adolescentes. Depois, vem Espírito Santos, com 5,529, e São Paulo, que contratou 5.106 jovens (Fonte: Agência Brasil/Brasília/DF).

Concluindo, considero a atividade desenvolvida no projeto como sendo uma oportunidade ímpar que proporcionou aos adolescentes uma perspectiva de futuro que podemos observar através das entrevistas realizadas, pois foi uma experiência muito rica no sentido de crescimento profissional.

A troca de experiências e ponto de vistas entre as várias áreas que fizeram parte do Projeto foram ponto culminante das atividades, pois acrescentou grande aprendizagem e ampliação do conhecimento, além de exigir da equipe técnica postura profissional congruente e participativa.

Nas atividades foram aproveitados os conhecimentos das diferentes áreas da Psicologia social, clínica, organizacional, do desenvolvimento, institucional, escolar, comunitário, constituindo-se um trabalho dinâmico e multifacetado.

Outro aspecto que enfatizo se refere à importância que foi o projeto, pois oportunizou ao adolescente a aprendizagem de tarefas, postura profissional e entrada no mercado de trabalho, mas, sobretudo, a sua valorização como pessoa, desenvolvendo suas potencialidades e proporcionando clima de desenvolvimento social e pessoal adaptativo, com a constante troca com pessoas da sua idade que estavam passando pela mesma etapa evolutiva com pessoas mais velhas que constituíram fonte de identificação provavelmente mais saudável para a formação da identidade e da consciência ética, moral e social.

Através de informações de empregados ligados à área do Serviço Social da Empresa, foi comentado que nos próximos meses poderá ser colocado em prática outro projeto semelhante ao pesquisado, porém, com algumas modificações que foram avaliadas a partir de análise de instrumentos como esta dissertação.

Por último, penso ser relevante colocar na íntegra parte de um artigo, cujo subtítulo reza:

A Educação Profissional e o Mercado de Trabalho

"O Senso Escolar, promovido pelo INEO – ligado ao Ministério da Educação - constatou uma substancial elevação dos indicadores da Educação Profissional no Brasil. A

pesquisa de campo mostrou que, em 2003 existiam no Brasil, 2.789 mil estabelecimentos (federais, estaduais, municipais e privados), sendo 590 mil alunos matriculados. Já em 2004, o índice subiu para 3.047 instituições com 676 mil alunos matriculados. Embora esses índices demonstrem que a educação profissionalizante vem crescendo no país, ela ainda não atende a real demanda de alunos, devido, em grande parte, à estrutura do ensino no país, no qual 10% da população entre 18 e 24 anos tem acesso ao ensino superior, enquanto que no país da Argentina este número é de 32%, nos Estados Unidos 50% e no Canadá 62%".

Para o ingresso nas instituições públicas do Ensino Superior no Brasil, é necessária, em sua maioria, a aprovação no Exame Vestibular, uma prova bastante concorrida que exige do aluno a revisão de todos os conteúdos aprendidos durante sua vida escolar. Para carreiras mais concorridas como medicina, odontologia, engenharia e direito, há entre 50 a 100 candidatos para cada vaga, já para os egressos no ensino superior, em instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, o governo oferece um sistema de cotas, através do *Programa Universidade para Todos (PROUNI)*. O programa destina à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de graduação e seqüenciais, para estudantes que possuam renda familiar per capita de até três salários mínimos. No programa, são reservadas cotas para negros e indígenas. Há ainda o Programa de Financiamento Estudantil que financia cursos de graduação para estudantes também de baixa renda.

Além da preocupação com a expansão do ensino profissional, há preocupação com a inserção do jovem no mercado de trabalho, uma vez que 35% da população brasileira se situam neste segmento. Nesse sentido, o Governo Brasileiro criou o *SINE - Sistema Nacional de Emprego*, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que objetiva a inserção no mercado de trabalho. Foi também lançado em 2003 o *Programa Primeiro Emprego (PPE)*, cujo objetivo é promover a geração de emprego para jovens entre 16 e 24 anos e incentivo a empresas de quaisquer setores econômicos, entidades sem fins lucrativos, proprietários rurais, profissionais liberais e autônomos. Nesse mesmo sentido, foi criado através da Lei n. 10.097/2000 o *Programa do Menor Aprendiz (PMA)*, que envolve jovens de 14 a 18 anos e estabelece a obrigatoriedade da empresa de empregar e matricular em cursos de qualificação de 5% a 15% do seu quadro de trabalhadores cujas funções demandem formação profissional, ou seja, vinculando a formação técnica específica à formação regular geral.

Os altos índices de desemprego, que antes ocorriam principalmente com níveis da população mais velha, atualmente, devido às mudanças socioeconômicas e a reestruturação produtiva, vêm desde os anos 90, também atingindo a classe jovem (SALLA, ET, AL, 2003). Por esta razão, outras formas de inserção profissional têm sido geradas como a Economia Solidária, a qual destina às necessidades de trabalhadores de encontrarem alternativas de geração de renda. São, normalmente, iniciativas de Organizações Não-Governamentais (ONGs) voltadas para projetos produtivos coletivos, cooperativos populares, redes de produção-consumo-comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, entre outras.

Todas as iniciativas e programas citados acima podem constituir vasto cenário de ações no âmbito da orientação profissional e desenvolvimento de carreira. Entretanto, como não há no Brasil políticas públicas que normatizem e fiscalizem a prática, o que se percebe é que a orientação profissional permanece centrada em iniciativas isoladas de psicólogos, orientadores educacionais e instituições específicas, públicas e privadas.

A legislação educacional, em suas leis, 9.394/1996 [8] e 10.172/2001, que estabelecem, respectivamente, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e o Plano Nacional de Educação, não mencionam em seus textos a orientação profissional. Indicam, apenas e de forma ampla, que um dos objetivos do ensino médio brasileiro é a preparação básica para o trabalho, sem definir como, onde, nem qual órgão é responsável pelo controle governamental das práticas de orientação profissional. Ademais, de acordo com SOARES (1999), a formação de orientadores profissionais no Brasil não possui regulamentação que determine conteúdos programáticos mínimos de ensino, ficando a cargo das instituições essa escolha. (Autores: DULCE HELENA PENNA SOARES; MARIA SARA DE LIMA DIAS; NÁDIA ROCHA VERIGUINE; CLÁUDIA BASSO: *O Sistema Educacional Brasileiro e o Mercado de Trabalho*: Núcleo Disciplinar: Educação para Integração: Universidade Federal de Santa Catarina).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERASTURY, Arminda. **Adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.
- ADAMO, Fabio A. et. al. **Juventude: Trabalho, Saúde e Educação**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1987.
- AGIER, M. O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa "avenida" em Salvador da Bahia. Em: **Tempo Social** (Rev. Sociol). São Paulo: USP, n. 2(2), p. 35-60, 1990.
- ALVEZ, Mazzoti A. J. Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19 (jan-abr.). São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, p. 87 – 98, 2002.
- ALVIN, M. R. B. e VALLADARES L. do P. Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura. São Paulo, **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, n. 26, p. 3-37, 1988.
- BERGER, P. L. & BERGER, B. (1976). Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, M. M. & MARTINS, J. de S. (Orgs.). **Sociologia e sociedade**. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, p. 200-214.
- BILAC E. D., FAUSTO Neto, MACHADO Neto. **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BLOS, Peter. **Adolescência**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- CARVAJAL, Guillermo; **Tornar-se adolescente - a aventura de uma metamorfose: uma visão psicanalítica da adolescência** (tradução de Claudia Berliner). São Paulo: Cortez, 2001.
- CERVIN & BURGER. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, A., CERVINI, R. (Eds.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1991.
- COLEMAN, J. C. Current views of the adolescent process. In: COLEMAN, J.C. (Org.). **The school years. Current issues in the socialization of young people**. London: Methuen, 1979.
- DAUSTER.T. Uma infância de curta duração: o significado simbólico do trabalho e da escola e a construção social do “fracasso escolar” nas camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: PUC-Rio (Departamento de Educação), **Educação**, n. 3, 1991.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-ECA – **LEI 8069/90**. Porto Alegre, 1994.

ERIKSON, E. H. **Identidade: juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FAUSTO Neto, MACHADO Neto. **Família Operária e Reprodução da força de trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1982.

FRANKLIN, Rafael Narciso, PINTO, Eduardo Cesar Moreira Mariz, LUCAS, Jarbas Terra. Trabalho precoce e riscos à saúde. **Adolescência Latinoamericana.**, n. 2, v. 2, p. 80-89, 2001 (ISSN 1414-7130).

FERRETI, Celso J. (org.) **Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

KNOBEL, Maurício. **Adolescência Normal**. Porto alegre: Artes Médicas, 1994.

MADEIRA, F., BERCOVICH, A. A “onda jovem” e seu impacto na população economicamente ativa masculina em São Paulo. Rio de Janeiro. **Revista Planejamento e Políticas Públicas do Rio de Janeiro**, n. 8 (jan./dez.), 1992.

MANPES/ECT - Manual de Pessoal da Empresa de Correios e Telégrafos – Módulo 41.

MAURO, M. L. F. O adolescente trabalhador e suas relações familiares. **Cadernos de Pesquisa NEP** - n. 1.2, p. 37-50, 1995.

MARX, K., ENGELS, F. **A Ideologia Alemã** (Feuerbach). São Paulo: Grijalbo, 1977.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Adolescente Hoje**. São Paulo: Artes Médicas, 1991.

PERRON, Jaques e MAROCCO, Armando. **Bases e Aplicações dos Valores em Psicologia e Educação**. Porto Alegre: Sagra, 1997.

REVISTA dos Tribunais -Ltr. **Bolsa de aprendizagem**. São Paulo: Ed. São Paulo, p.323, março 1995.

ROMANELLI, G., Famílias de Classes populares: Socialização e Identidade masculina. **Cadernos de Pesquisas NEP**. Campinas, Ano III, (1e2), p. 25 -34, 1997.

SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados). **Vinte anos no ano 2000: estudos sociodemográficos sobre a juventude paulista**. São Paulo: SEADE, 1998.

SEGALEN, M. **Sociologia da Família**. Lisboa: Terramar, 1999.

STONE, L. Joseph, et. al. **Infância e Adolescência: uma Psicologia da Pessoa em Crescimento**. Belo Horizonte: Interlivros (Editora do Professor), 1972.

SUPER, Donald e Junior, BOHN, Martin. **Psicologia Ocupacional**. São Paulo: Atlas, 1975.

SILVA, B. **Trabalho Infantil: A triste Realidade da Infância Perdida**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996 (Brasil. Ministério do Trabalho. Secretaria de Inspeção).

VILLARREAL, Ingá. **Psicologia para Educadores**: Rio de Janeiro: Ed. Orión Plus, 1998.

VAN GENNEP, A. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

XAVIER, Ernani Pereira. **Comportamento Organizacional**. Porto Alegre: Bureau Editorial, 1973.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M775a Monteiro, Gilberto Maximiliano

Adolescentes de classes populares e o mercado de trabalho :
a experiência do Programa Correios Educação para o Futuro /
Gilberto Maximiliano Monteiro ; orientador Rodolfo Gaede
Neto. – São Leopoldo : EST/IEPG, 2007.

61 f.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia.
Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. Mestrado em
Teologia. São Leopoldo, 2007.

1. Adolescentes – Trabalho. 2. Adolescentes – Condições
Sociais. 3. Cidadania. 4. Programa Correios Educando para o
Futuro. I. Gaede Neto, Rodolfo. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da Escola Superior de Teologia